

A historiografia e as relações nazi-integralistas

Rafael Athaides*

Resumo: Nas décadas de 1920 e 1930, o Partido Nazista ampliou seu raio de ação distribuindo 83 filiais pelo mundo. Excetuando os Estados “satélites”, como a Áustria, o Brasil foi o país que abarcou a maior seção partidária fora da Alemanha. Ao mesmo tempo, a AIB, um partido brasileiro com caracteres fascistas ganhava vulto, alcançando adeptos nos mesmos círculos sociais do seu congênere. Os dois organismos, compartilhando elementos do fenômeno fascista, portanto, conviveram no Brasil e, como têm mostrado uma série de estudos, ora se identificavam – chegando a propor ações conjuntas – ora se repeliam, de acordo com um considerável número de variáveis. Esta comunicação tem por objetivo apresentar as linhas gerais do debate historiográfico em torno das complexas relações nazi-integralistas, nos anos 1930.

Ao olharmos os temas abordados pela historiografia do século XX, não seria exagero afirmar que os fascismos despontam entre os mais visitados. Fenômeno-ícone do cognominado “século sombrio”, eles ainda tem sido alvo de inúmeros debates, entre outros motivos, devido à atualidade do tema. No Brasil e no mundo, grupos neofascistas desfilam em meio a bandeiras e palavras de ordem, lembrando-nos de que certas condições que possibilitaram a emergência dos “fascismos históricos” ainda estão presentes no início do século XXI (SILVA, 2004). Além disso, outra questão a se considerar são as vitórias de políticos abertamente pró-fascistas, ou advindos da herança da extrema direita, em instâncias legislativas e executivas européias.

Passados sessenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que se manifestam reincidências do fenômeno, ou de partes dele, arquivos (físicos e morais) estão sendo abertos, propiciando certa ebulição, observada nos últimos vinte ou trinta anos, na confecção de trabalhos sobre o assunto.

Seguindo essa trajetória mundial, os estudos sobre o fenômeno fascista (*lato sensu*) no Brasil se proliferaram, especificamente, nas décadas finais do século XX e início do século XXI. Os motivos desse crescimento têm origem múltipla e remetem a questões de ordem prática e ideológica. *Grosso modo*, citamos três: (1) A recente abertura de arquivos da repressão policial (tanto no plano nacional, quanto no estadual) permitiu o acesso aos historiadores a massas documentais intocadas, catalogadas e de relativamente fácil acesso; (2) a multiplicação de programas de pós-graduação nas universidades brasileiras, nos últimos

* Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá; doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná; docente do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

trinta anos; (3) a decadência do pré-conceito e do descrédito imputados à História Política e, mais especificamente, aos estudos relacionados à direita.

Neste florescimento do fascismo no Brasil, como objeto de pesquisa aos historiadores, alguns temas foram privilegiados (como é o caso do Integralismo), outros quase caíram no esquecimento (como a Frente Negra), porém, observa-se um avanço geral nos debates de antigos temas e no levantamento de outros novos, além de uma superação dialética da História em relação às demais Ciências Sociais.¹

Referindo-se às pesquisas sobre a Ação Integralista Brasileira, Bertonha afirma:

Nos últimos vinte anos, os estudos a respeito do Integralismo têm se consolidado e expandido em ritmo acelerado. Um pesquisador interessado em pesquisar o tema e que iniciasse suas leituras em meados dos anos 70, por exemplo, só teria, em essência, a bibliografia de época e um ou dois textos produzidos por especialistas para trabalhar. Nos anos 80, a situação estaria melhor, mas havia ainda uma produção restrita e as lacunas do nosso conhecimento eram bastante acentuadas. A partir, grosso modo, dos anos 90 do século passado, a situação mudou radicalmente e os estudos do Integralismo não apenas se expandiram de forma acentuada, como se consolidaram enquanto campo analítico. (2008, p. 4)

De forma semelhante, no ano de 1996, o historiador Luis Edmundo Moraes apresentou seu diagnóstico sobre as pesquisas que abordam o fenômeno do Nacional Socialismo (designadamente do Partido Nazista) no Brasil:

comparada a enorme quantidade de trabalhos que desde a década de 30 tratam, a partir das mais diversas perspectivas, do Nacional Socialismo, **a presença do partido no Brasil** não mereceu nada além de sumárias considerações. [...] nosso levantamento bibliográfico não ultrapassaria, talvez, umas duas dezenas de títulos (grifo nosso) (1996, p. 72).

Longe de cobrir o número de produções sobre o Integralismo, os estudos sobre a presença do fascismo italiano e do nazismo no Brasil já apresentam um quadro que diverge da constatação supracitada. Os textos sobre a imigração européia nas áreas centrais do país e nas zonas coloniais do sul, elaborados a partir do fim da década de 1980, fomentaram sólidos trabalhos sobre o nazismo e o fascismo “exportados”, superando as tradicionais teses da literatura de época. Dessa forma, podemos dizer que os trabalhos disponíveis sobre estes temas já dão conta de explicar as linhas gerais desses objetos (com obviedade, à grande distância de existir consenso acadêmico em inúmeros aspectos).

¹ Nos anos 1970 e 1980, a maioria dos debates acerca do integralismo ocorria no seio das Ciências Sociais. Héglio Trindade, José Chasin, Gilberto Vasconcelos e Marilena Chauí destacaram-se em discussões concentradas, fundamentalmente, na *conceituação* do fenômeno (BERTONHA, 2008, p. 6).

Em meio a essa explosão de pesquisas sobre os fascismos no Brasil, verifica-se certo “incômodo” analítico no que concerne à intersecção de dois grandes objetos mencionados acima: a AIB e o Partido Nazista, atuando em solo brasileiro, nos anos 1930. Ao mesmo tempo em que as raízes nacionais e o caráter fascista da Ação Integralista Brasileira já aparentam ser temas resolutos, permanece entre os estudiosos o imbróglio do relacionamento ou da convivência, em um mesmo território, dos camisas-verdes e dos camisas-pardas.

Sobre este tema específico, e do ponto de vista “científico”, existe uma clara linha evolutiva entre as interpretações dos textos de época, ou do pós-guerra, e as teses cujo epíteto “atual” talvez não seja de todo errôneo. Apresentaremos em seguida o debate historiográfico particular acerca deste relacionamento interpartidário.

René Gertz analisou uma série de textos, produzidos desde o pós-guerra até os anos 1970, que versam sobre a relação dos dois organismos partidários. De forma genérica, é possível afirmar que tais trabalhos sustentam a idéia simplista de que a questão só pode ser vista sob a ótica da *ameaça hitlerista à integridade Brasileira*. De outra forma, de acordo com essa postura, o integralismo constituir-se-ia apenas em uma plataforma para os desígnios nazistas no país, uma vez que o III Reich teria planos bem definidos de “apossar-se do Brasil”, utilizando a AIB como “quinta-coluna” (DIFFIE, apud GERTZ, 1987, p. 120).

De fato, hoje não persistem dúvidas quanto à existência de provas documentais que atestam os contatos entre as estruturas partidárias do integralismo e do nazismo. Bastaria mencionar – como o fazem muitos autores adeptos dessa perspectiva – os jornais *Blumenauer Zeitung* e *Joinvillerser Zeitung*, que serviram de veículo informativo e propagandístico aos dois movimentos (CARONE, 1977, p. 212; GERTZ, 1987, p. 192); ou ainda, a fotografia da sede compartilhada entre a AIB e o NSDAP em Rio do Sul, Santa Catarina (RIBAS, 1944, p. 129). Contudo, a idéia central extraída desses documentos e propagada por textos (historiográficos ou não), até a década de 1970, não encontra sustentação – fato que aparenta estar resolvido na historiografia científica. Como veremos, as evidências mostraram que as lideranças nazistas nunca partilharam da simpatia pela AIB e muito menos, mascararam a suástica atrás do sigma para anexar partes do Brasil, em especial as “regiões coloniais” do sul.

Segue-se que na mesma década (de 1970), alguns estudiosos começaram a enxergar o fenômeno sobre outra perspectiva, abrindo caminho para desimplificar a sua elucidação. Para os desígnios da pesquisa aqui proposta, interessam-nos três conjuntos de trabalhos que

versaram sobre essa relação e fazem parte de uma historiografia mais recente². Neste projeto discutiremos as idéias dos principais autores dessas correntes, assinalando aqui que uma série de novos pesquisadores (em especial estudantes de recortes regionais) vem despontando no Brasil e, *grosso modo*, se encaixando nos clichês interpretativos apresentados a seguir.

O primeiro conjunto de textos analisa a questão do ponto de vista das estruturas partidárias internacionais (especificamente para o caso do nazismo) e nacionais, verificando certa *dubiedade entre discursos e práticas de ambos os lados*, facilmente explicável, em alguns casos, quando se tece uma análise dos partidos a partir da dicotomia base/liderança.

Segundo Ana Maria Dietrich, as altas cúpulas do III Reich e do NSDAP eram totalmente contrárias ao ingresso de alemães e descendentes na AIB; viam no integralismo uma ameaça nativista, em que a *lusitanidade (lusotum)* estaria tentando se sobrepujar ao *germanismo (Deutschtum)* (2007a, p. 209). Nesse sentido, o AO (Organização para o Exterior do Partido Nazista) distribuiu ordens explícitas aos militantes para não se intrometerem na política nacional. Contudo, “a realidade dos círculos das colônias alemãs do Sul do Brasil era diferente. No cotidiano destes alemães e teuto-brasileiros, os discursos se misturavam e a colaboração se dava em diferentes níveis” (DIETRICH, 2007a, p. 208).

Para explicar tal fenômeno a historiadora lançou mão do conceito de *tropicalização do nazismo* (DIETRICH, 2007b). Trata-se de uma reação não-oficial, vinda das bases partidárias, que determinou a adequação de uma série de preceitos nazistas para os trópicos. Uma dessas adequações seria a relação com o fascismo autóctone. Deste modo, as semelhanças nas práticas, na doutrina e no universo simbólico transbordavam, por vezes, e sem o consentimento da cúpula, para relações de cooperação entre os aparelhos partidários.

Ainda segundo Dietrich, do ponto de vista étnico, vestindo a camisa verde, os teuto-brasileiros poderiam se inserir na política nacional, embora inspirados em idéias-força presentes no nazismo, o regime da *Vaterland*³. Através dessa interpretação, o fato de a AIB ter tido maior corpo nos estados de colonização teuta do Sul do Brasil pode ser esclarecido pela recusa do Partido Nazista em aceitar **teuto-brasileiros** em suas fileiras, mesmo que defensores cômicos da ideologia hitlerista. A autora justifica tal proposição utilizando a tese de Moraes (1996), segundo a qual o NSDAP estabeleceu no Brasil critérios de

² Tais trabalhos serão apresentados a seguir, sem respeitar a ordem cronológica de suas elaborações, no intuito de não sugerir uma linha evolutiva positiva dentro dessa “nova” historiografia. Nesse sentido, é notório que textos mais antigos sejam ainda mais reveladores, como veremos.

³ Um ponto de vista próximo talvez seja o da antropóloga Giralda Seiferth, para quem o discurso “tolerante” da AIB, nos estados do sul, em relação ao *Deutschtum* pode ter levado uma grande parcela da comunidade teuto-brasileira para as fileiras do integralismo. Estes teriam entendido que “ser integralista era mais uma forma de ajudar a preservação da sua identidade étnica” (1981, p. 105).

inclusão/exclusão relacionados à *cidadania* e não à etnia, provocando uma cisão na própria comunidade germânica. Tal cisão fomentou a separação (e em certos casos a ojeriza) entre *Reichsdeutsch* e *Volksdeutsch* (alemães natos e descendentes nascidos fora da Alemanha, respectivamente).

Ainda de acordo com essa primeira vertente, da parte das lideranças integralistas imperou uma complexa falta de consenso quanto à aproximação com os nazistas. Para tal conclusão, os historiadores exploram as ações dos próprios integralistas: em certos momentos, por razões práticas, seus líderes fomentavam a manutenção do *Deutschtum* (germanismo) nos estados do sul, em outros, proferiam discursos inflamados contra a ameaça “alienígena” alemã.⁴

Defendendo uma interpretação semelhante, Ricardo Seitenfus aponta que havia uma indecisão perene entre as cabeças partidárias, tanto da AIB como do NSDAP, gerada pela mútua desconfiança, em especial partindo dos nazistas. Tal receio se explicaria por questões étnicas e/ou nacionais: constituir-se-ia o integralismo, entre os teutos, o “coveiro do germanismo”, como afirmou, certa vez, o cônsul alemão em Florianópolis? (SEITENFUS, 2003, p. 36) O nazismo no Brasil significaria a invasão de uma “raça alienígena”, como insistia Plínio Salgado? Porém, quanto à base do NSDAP, Seitenfus é enfático ao atestar que esta “identifica-se plenamente com a AIB [...]” (1985, p. 101).

O segundo grupo de autores enfatiza as semelhanças doutrinárias entre os movimentos, abrindo espaço para uma interpretação que vê *estreita proximidade e colaboração* entre os mecanismos partidários do nacional-socialismo e do integralismo brasileiro (embora parte desse grupo não deixe de assinalar fulcrais conflitos ideológicos)⁵.

Edgar Carone menciona diversos pontos de contato entre os dois partidos, rebatendo a idéia de que estes se identificavam apenas em aspectos ideológicos:

⁴ O fato é que, para os pesquisadores mais prudentes, o episódio de maior proximidade entre os líderes integralistas e as autoridades nazistas ainda é envolto em mistério. Em junho de 1935, Plínio Salgado teria enviado um emissário à embaixada da Alemanha, no Rio de Janeiro, oferecendo a cessação dos insultos que proferia à Alemanha e a manutenção do germanismo no sul após a chegada ao poder, em troca de ajuda financeira do III Reich. Desconfiados, os nazistas recusaram. Contudo, existem várias razões para crer que tal evento trata-se de uma atitude individual do Dr. José Zamarin da Testa, o suposto emissário de Plínio Salgado (C.f. GERTZ, 1987, p. 135-136).

⁵ Algumas interpretações sobre as relações nazi-integralistas se assemelham às conclusões de João Fábio Bertonha sobre a relação do fascismo italiano com a AIB. Bertonha revelou que houve intensa colaboração entre os grupos partidários do fascismo e mesmo do regime de Mussolini e o integralismo, porém tal solidariedade prática e ideológica se entremeava por profundo conflito nacionalista. É interessante notar que tal interpretação se presta mais aos objetos estudados por Bertonha, uma vez que para fascistas e integralistas a solidariedade entre “movimentos irmãos” não era repudiada, como para os nazistas. (C.f. BERTONHA, 2000 e 2001).

As relações não se fazem só no plano da identificação das idéias, mas em contatos diretos com a Alemanha: é dinheiro nazista recebido através do Banco Alemão Transatlântico. Ou é contato direto, quando a AIB não existe mais legalmente, quando se prepara o golpe de 11 de maio de 1938 [...] (CARONE, 1977, p. 212).

Segundo Carone, essa proximidade representava “o início do avanço integralista”, que acabou “barrado pela guerra e pela denúncia de seu verdadeiro caráter [fascista]” (1977, p. 212).

Entre os trabalhos mais recentes, cabe destaque, dentro desta perspectiva, para a tese de doutoramento de Natália dos Reis Cruz, intitulada “Integralismo e a Questão Racial: a intolerância como princípio”. A autora buscou mapear o que chamou de “rede de colaboração”, tendo por base a documentação de natureza policial da Era Vargas, localizada no Arquivo Público do Rio de Janeiro. Segundo Cruz

A identificação entre os dois movimentos levou ao estabelecimento de uma estreita rede de colaboração entre nazistas e integralistas, revelada em folhetos, artigos, reuniões e troca de correspondências, sugerindo que a aproximação integralista com o nazismo foi muito mais forte do que o integralismo admitia (2004, p. 44).

A autora enfoca a troca de materiais de propaganda entre os partidos e chega a postular que o III Reich fornecia ajuda financeira aos integralistas, assim como – comprovadamente – fazia o fascismo italiano (CRUZ, 2004, p. 62)⁶. Contudo, a somatória dos exemplos citados por Cruz resulta em *contatos de base*, fundamentados apenas na documentação da repressão oficial. Como a própria historiadora ressalta, o fato de um integralista trabalhar em uma firma alemã, participar de associações alemãs (ligadas ou não ao NSDAP), ser favorável à Alemanha na disputa com os anglo-americanos pode ser sinal de contato, não obstante, não significa que existiam diretrizes vindas de cima:

Devemos enfatizar a colaboração e a aproximação que havia entre nazistas e integralistas, o compartilhamento de inimigos comuns e de uma visão de mundo baseada na intolerância e nos princípios antidemocráticos. Mas esta colaboração deve ser colocada no seu devido lugar: **como aproximação ideológica e até mesmo estratégica**. Era natural que o integralismo buscasse apoio junto aos governos nazi-fascistas estabelecidos na Europa do período, visto que lutavam contra os mesmos inimigos e se identificavam em muitos princípios de suas respectivas doutrinas (CRUZ, 2004, p. 68) (grifo nosso).

⁶ A historiografia é inconclusiva quanto a essa questão e o que se tem comprovado é o repasse financeiro de Mussolini aos camisas-verdes. Assim, parece-nos um tanto precipitada a conclusão de Cruz, sobretudo baseando-se *apenas* em documentação policial. O *exclusivismo* nazista pode ser atestado se observamos a frustrada tentativa dos fascistas italianos em formar uma “Internacional Fascista”, em meados da década de 1930, no sentido de expandir essa teoria ao globo, congregando, para tanto, diversos movimentos com as mesmas características. (BERTONHA, 2000, p. 101). A imediata recusa dos nazistas em aceitar tal projeto serve de apoio, em grande medida, para entendermos as dificuldades de contatos financeiros entre a AIB e o Nacional Socialismo

Cabe aqui uma ressalva a esta perspectiva. Se as autoridades nazi-integralistas locais faziam vistas grossas para tal colaboração, existem provas de que a alta cúpula observava tudo com desconfiança e distanciamento. Assim, o uso do conceito de “rede”, que pressupõe um gerenciamento, talvez não se aplique a tais contatos. Ao mesmo tempo em que alguns líderes gastavam tempo em cálculos sobre alianças estratégicas, no cotidiano de algumas cidades do sul do Brasil esses mesmos cálculos estavam sendo desrespeitados.

Por fim, o terceiro conjunto de textos defende uma posição receosa no que concerne a efetivas relações de proximidade entre os nazistas e integralistas. De acordo com essa interpretação, os contatos, quando ocorreram, representaram meras atitudes individuais. No geral, os dois fenômenos eram distintos e assim eram vistos no cenário político sulista. Esta vertente ainda sustenta que a “estranha”, porém significativa adesão de alemães (*latu sensu*) ao integralismo no sul do Brasil se deu em virtude de questões pouco, ou nada, relacionada à *etnicidade*.

De acordo com o maior representante de tal corrente, René Ernaïne Gertz, é necessário dispensar cuidados conceituais ao analisar a questão, em especial articulando nazismo, germanismo e integralismo⁷. Em primeiro lugar, para entender a situação do sul do Brasil nos anos 1930, Gertz “propõe que se retire a variável étnica do primeiro plano”, alertando que “ninguém se lembra de que a sociedade nestas regiões também possuía estratificação social e que ela se inseria num contexto político regional” (1987, p. 132).

Existem densas evidências de conflito declarado entre **nazistas e integralistas** e entre representantes do **germanismo e do integralismo**, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, as explicações para o grande sucesso da AIB nessas regiões (como exemplo, os 70% dos votos de Blumenau nas eleições de 1936) devem estar fora de duas conjeturas **não-empíricas**: o fator étnico e – a mais grave delas – o mito dos “desígnios transatlânticos” (GERTZ, 1987, p. 204).

A variável étnica – ou melhor, uma idéia sobre ela, o *Deutschtum* – só pode entrar nas explicações após ser despojada de qualquer julgamento a posteriori da condição dos alemães que viviam no sul do Brasil (sobretudo no que diz respeito a conceitos como “assimilação”). Vencida essa etapa, o germanismo pode ser efetivamente a chave para compreender a posição de militantes nazistas, teutos e teuto-brasileiros em relação ao integralismo:

⁷ A síntese das idéias de Gertz foram extraídas do livro “O Fascismo no Sul do Brasil”, cujo subtítulo já carrega a tríade conceitual articulada pelo autor: “germanismo, nazismo e integralismo”.

A posição dos “partidários” em relação ao integralismo parece ter dependido de sua integração ou não no movimento germanista. Aqueles “partidários” que conseguiram integrar-se no *Deutschtum* posicionaram-se contra ou ao menos de maneira cética em relação ao integralismo. Dos que entraram em conflito com o *Deutschtum* muitos se ligaram ao integralismo, não por último como vingança (GERTZ, 1987, p. 138).

Para sustentar sua tese, o autor demonstra que os veículos considerados tradicionais do cultivo do germanismo (imprensa teuta, líderes eclesiásticos, instituições alemãs de fomento ao *Deutschtum* no exterior) não se interessaram ou alimentaram suspeições, hora tendentes ao repúdio, com relação ao integralismo. Dessa forma, não se sustentam as afirmações de que o fator “assimilação” corresponde a uma variável válida nesta análise, uma vez que o próprio *locus* de resistência à integração germânica se posicionou de forma contrária ao movimento de Plínio Salgado (GERTZ, 1987, p. 139-158).

O debate em torno do *Deutschtum* tem grande importância, porém não finaliza a questão, segundo Gertz. Devem ser consideradas as questões **sócio-profissionais** e aquelas ligadas às **condições políticas locais** para se entender a adesão ao integralismo nas cidades de ampla população de origem teuta.

Em resumo, o historiador gaúcho ampara – baseado em extensa pesquisa empírica – a tese clássica de Helgio Trintade (1974, 1981, 2004) de que “as fileiras do integralismo foram engrossadas por pessoas jovens em processo de ascensão social” e que existe uma forte ligação entre integralismo e acelerada industrialização (GERTZ, 1987, p. 169).

Ao mesmo tempo, quesitos da política local tiveram peso desproporcional, em várias cidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no que diz respeito à adesão de teutos ao integralismo. Em São Leopoldo, a título de exemplo, “o paternalismo e [as] ameaças parecem ter exercido papel importante” como causa da atípica falta de força da AIB na sede municipal (uma vez que ali seria um *habitat* padrão, propício ao crescimento dos camisas-verdes). Por outro lado, a falta de opção na política **local** levou o integralismo a consideráveis resultados no distrito leopoldense de Campo Bom (*habitat* estranho para a “proliferação” do integralismo), nas eleições municipais de 1935; na ocasião, além do descaso do poder público, nenhum partido “tradicional” se empenhou em levantar a bandeira da anexação do referido distrito a Novo Hamburgo, questão que mobilizava a população local (GERTZ, 1987, p. 171-172).

Neste ponto, parece que nos desviamos do foco, porém é preciso lembrar que, segundo Gertz, as análises sobre nazismo e integralismo no sul do Brasil invariavelmente desembocam

em discussões sobre os teutos em geral e sua posição diante dos fenômenos nazismo, integralismo e germanismo.

Ainda analisando a corrente encabeçada por Gertz, sobre o nazismo na mesma cidade de São Leopoldo, o autor chega à seguinte conclusão: “integralismo e nazismo eram duas realidades bem distintas [...] e tudo indica que também eram assim percebidos pela população local”, de forma que, “o nazismo local era considerado inofensivo e não visto como um problema para a política local”, ao contrário do integralismo (1987, p. 166).

O caso de Santa Catarina requer mais cuidados. Lá o integralismo teve maior amplitude – fato também explicável pela política local – e existem provas cabais de colaboração entre membros do NSDAP e da AIB⁸. Por fim, o raciocínio de René Gertz acaba por concordar com a primeira vertente exposta acima, quando aponta que decisões **locais e pessoais** determinavam a colaboração de nazistas com integralistas entre os catarinenses. Um de seus questionamentos finais parece-nos interessante: o fato de líderes locais da AIB acreditarem que estavam lidando com um irmão europeu e colaborarem com o mesmo é significativo pra explicar a aceitação da AIB nas zonas coloniais?

Analisando o perfil dos militantes integralistas e a situação sócio-política local chegase a uma resposta negativa. O teutos que cerravam fileiras com a camisa verde se mostraram pouco, ou nada zelosos quanto ao *Deutschtum* e representavam a classe média jovem e operários urbanos. Se a correlação industrialização/integralismo está correta na tese de Hélgio Trindade, a acelerada industrialização nas regiões catarinenses onde o integralismo foi vitorioso nas eleições de meados da década de 1930 é uma prova considerável. Por outro lado, não se pode esquecer que, ao contrário do Rio Grande do Sul, após novembro de 1930, persistiu certa instabilidade política em Santa Catarina, advinda, entre outros motivos, pelo alijamento das classes dominantes tradicionais e pela postura dos subseqüentes governos estaduais. Zenelatto sintetiza a situação catarinense:

A revolução de 1930 veio demonstrar o aparecimento, mesmo que embrionário, de um novo potencial oposicionista no estado. Os desdobramentos da política regional no pós-30, com a nomeação dos interventores, inicialmente gaúchos e posteriormente a ascensão dos Ramos (Aristiliano e Nereu), que até 1930 representavam a oposição na política estadual; o alijamento do comando da política no estado dos grupos vinculados ao Partido Republicano Catarinense, representado pelos Konder, que perderam os principais cargos no governo, as prefeituras e cargos

⁸ “Confusões” ou mesclas ideológicas de toda espécie ocorriam corriqueiramente em Santa Catarina. Para ilustrar citamos uma nota de julho de 1934, do *Blumenauer Zeitung*, apresentando as teses integralistas: “A seguir reproduzimos as teses do movimento integralista, cuja leitura recomendamos a todo aquele que pretende conhecer os fundamentos deste *movimento nacional-socialista*” (*Blumenauer Zeitung*, 20/08/1935, apud GERTZ, 1987, p. 192) (grifo nosso).

municipais; as práticas autoritárias dos interventores, o ataque contra as regiões de imigração, contribuíram significativamente para o fortalecimento e a ampliação desse potencial oposicionista constituído principalmente por imigrantes alemães e italianos e seus descendentes que não viam mais nas tradicionais elites políticas uma possibilidade de representação, e desta forma tomaram o integralismo como o canal de sua expressão.

Assim, entre as elites tradicionais alocadas ou alijadas do poder (os Ramos, que apoiaram a Revolução, e “os Konder”⁹, em tese, representantes do *Deutschtum*), o integralismo aparecia como uma alternativa a certos setores imbuídos de um oposicionismo pré-existente nas áreas coloniais do estado. Tal “potencial” foi insuflado por uma política “agressiva” contra o Vale do Itajaí e o norte do estado, locais onde o integralismo ganhou vulto com rapidez em meados da década de 1930 (GERTZ, 1987, p. 201 – 202).

Em suma, foram estes os enfoques interpretativos do fenômeno das relações nazi-integralistas aqui expostos: 1) *dubiedade discursiva e prática entre AIB e NSDAP*; 2) *colaboracionismo e associativismo partidário* 3) *regionalismo político, cultura política e etnicidade*. De um modo geral, o que essa historiografia conseguiu apontar até aqui é a existência de **zonas de interface entre o NSDAP e a AIB**. Estas podem ser entendidas como *locus* de aproximação ou distanciamento, físico ou ideológico, compreendidas através de dimensões-chave, como a etnicidade¹⁰, que, quando priorizadas, ampliam a disparidade interpretativa entre os pesquisadores. Concluímos elencando aqui algumas das referidas *zonas*: teuto-brasileiros e alemães natos na AIB; circulação de militantes entre as fileiras oficiais do NSDAP e da AIB; compartilhamento/disputa de espaços públicos e privados; semelhanças na organização partidária; solidariedade/conflito ideológico; solidariedade/conflito como alvos da repressão oficial.

BIBLIOGRAFIA

ATHAIDES, Rafael. *Zu Studienzwecken in Paraná: a ação do Círculo Paranaense do Partido Nazista (1933-1942)*. 2007. 183 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

⁹ Os irmãos Konder, família tradicional da política do noroeste catarinense, portanto, das ditas “zonas coloniais”, dominaram o cenário político local e estadual, através do Partido Republicano Catarinense, até a Revolução de 1930 (ZANELATTO, 2007).

¹⁰ O elemento étnico nos parece polarizador entre as três correntes interpretativas apresentadas neste projeto. Enquanto parte dos trabalhos salienta a relevância do quesito para o entendimento da história das relações entre nazistas e integralistas no sul do Brasil, outra parte o rechaça, enfatizando questões econômicas, sócio-profissionais e de política local. Talvez caiba aqui uma reflexão sobre a posição do estado do Paraná nesta discussão: geograficamente ele se encontra entre o primeiro e o último pólo interpretativo, ou seja, a primeira corrente tem como expoentes historiadores voltados para os centros políticos e econômicos do país (RJ e SP), a última, pesquisadores dedicados às especificidades do extremo sul e suas áreas de colonização alemã.

BERTONHA, João Fábio. A questão da “Internacional Fascista” no mundo das relações exteriores internacionais: a extrema direita entre solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, 2000, ano 43, n. 1.

_____. *Bibliografia Orientativa sobre o Integralismo (1932-2007)*. São Paulo: Arquivo Público de Rio Claro, 2008 (no prelo).

CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CRUZ, Natália dos Reis. *O Integralismo e a Questão Racial: a intolerância como princípio*. 2004. 340 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

DIETRICH, Ana Maria. *A caça às suásticas*. O partido nazista em São Paulo sobre a mira da polícia política. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

_____. Entre sigmas e suásticas: nazistas e integralistas no Sul do Brasil. In: SILVA, Giselda Brito (org.). *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: Ed. da UFRPE, 2007. p. 205-218.

_____. *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. 2007. 301 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

GERTZ, René E. *O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, Fascismo, Integralismo*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

_____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.

LINHARES, Temístocles. *Paraná Vivo*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1953.

MORAES, Luiz Edmundo. *Ein volk, Ein Reich, Ein Führer: A seção brasileira do Partido Nazista e a questão nacional*. 1996. 222 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PY, Aurélio da Silva. *A Quinta Coluna no Brasil: A Conspiração Nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1942.

RIBAS, Antonio de Lara. O Nazismo em Santa Catarina. In: DELEGACIA de Ordem Política e Social. *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1944.

SEITENFUS, Ricardo A. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942* (o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

_____. *O Brasil vai à Guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Editora Manole 2003.

SEYFERTH, G. A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, v. 22, p. 149-197, 2004.

_____. *Nacionalismo e Identidade Étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *O Século Sombrio*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TRINDADE, Helgio . Integralismo: teoria e praxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1981, p. 235-299.

_____. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

ZANELATTO, João Henrique. *Região, Etnicidade e Política: O Integralismo e as lutas pelo poder político no Sul Catarinense na década de 1930*. 2007. 373 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – PUC/RS, Porto Alegre.